


Canoas, v. 27, n. 1, 2022

 <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v27i1.8227>

Desafios da afirmação da identidade feminina¹

Challenges of affirming female identity

Silvia Valeska Goularte Arnecke²Juracy Assmann Saraiva³

Resumo: O conceito de identidade tem sido objeto de estudo e de reflexão crítica de teóricos de diversas áreas do conhecimento, particularmente porque há, na contemporaneidade, uma crise do sujeito. Com base nos posicionamentos de Stuart Hall, de Zygmunt Bauman, e de Kathryn Woodward a respeito dessa problemática e de Aristóteles e Paul Ricoeur acerca da concepção mimética da literatura, o presente artigo analisa alguns desafios que a mulher tem enfrentado para se autoafirmar e assumir o protagonismo de uma identidade marcada pelo gênero feminino. Nesse sentido, demonstra que a literatura corrobora para evidenciar o modo como questões socioculturais permeiam o cotidiano das mulheres, iluminando, com base no protagonismo de Ana Terra, personagem de Erico Verissimo, o conflito inerente à submissão feminina e exigindo que o leitor assuma uma posição em face do mundo ficcional. O artigo questiona, ainda, os motivos pelos quais mulheres continuam aprisionadas a valores machistas, consolidados historicamente, sem assumir a importância de seu papel social, e defende mudanças no comportamento feminino.

Palavras-chave: Mulher; Identidade; Literatura; Desafios; Protagonismo.

Abstract: The concept of identity has been the object of study and critical reflection by theorists from different areas of knowledge, particularly because there is, in contemporary times, a crisis of the subject. Based on the positions of Stuart Hall, Zygmunt Bauman, and Kathryn Woodward regarding this issue and Aristotle and Paul Ricoeur regarding the mimetic conception of literature, this article analyzes some challenges that women have faced in order to assert themselves and assume the role of an identity marked by the female gender. In this sense, it demonstrates that the literature corroborates the way in which sociocultural issues permeate the daily lives of women, illuminating, based on the protagonism of Ana Terra, Erico Verissimo's character, the conflict inherent in female submission and demanding that the reader assume a position in the face of the fictional world. The article also questions the reasons why women are still imprisoned by sexist values, historically consolidated, without assuming the importance of their social role, and defends changes in female behavior.

Keywords: Woman; Identity; Literature; Challenge; Protagonism.

1 O presente artigo trata da condição da mulher em geral, sem se deter em categorias como classe social, raça e etnia. Nesse sentido é genérico, refletindo uma visão do que se passa com a grande maioria das mulheres.

2 Pós-Graduada em Português e Coordenação Pedagógica. Mestranda em Processos e Manifestações Culturais. E-mail: <silvia.arnecke@terra.com.br>

3 Pós-Doutora em Teoria da Literatura pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora e pesquisadora da Universidade Feevale, da FAPERGS e do CNPq.

Introdução

Os estudos relativos ao conceito de identidade, segundo a proposta de Hall, desconstruem a ideia de uma identidade integral, originária e unificada, e estabelecem a “tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas” (HALL, 2000, p. 105). Conforme o autor, a “identidade é um desses conceitos que operam ‘sob rasura’, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (HALL, 2000, p. 104).

As identidades se constituem em um ambiente social que, de certa maneira, contribui com a modelagem individual a partir das diversas matizes que compõem o todo. Há sempre um ponto de encontro entre o EU e o OUTRO, e esse elo de convivência, de interação político-social, é fundamental, pois, como já disse o poeta inglês John Donne, “Nenhum homem é uma ilha, isolado em si mesmo; cada ser humano é uma parte do continente, uma parte de um todo” (DONNE, 2014). Stuart Hall (2000, p. 110), por sua vez, afirma que “as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela” e que

Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim, sua “identidade” – pode ser construído (HALL, 2000, p. 110).

Nesse sentido, pode-se dizer que os fatores externos de tempo e espaço também são complementares, embora marcados pela transitoriedade. Cada ambiente social tem suas características partilhadas a partir dos discursos produzidos pelos sujeitos que, simultaneamente, vão articulando mudanças e transformações com a passagem do tempo. Esses discursos ditam verdades, normatizam vivências, interferindo na subjetividade dos sujeitos. Portanto, é também por meio dos discursos que as subjetividades ou as identidades se consolidam, conforme sugere Hall

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2000, p. 109).

Katryn Woodward (2012) compartilha do posicionamento segundo o qual as identidades são concebidas histórica e discursivamente e afirma que a identidade é relacional, que depende de algo que está fora dela. Assim, a identidade do indivíduo depende de uma identidade distinta da dele, mas que, por ser diferente, é fundamental para a consolidação do próprio existir. A identidade é, pois, marcada pela diferença. Ao tratar da identidade feminina, Woodward afirma que a diferença é sustentada pela exclusão e, assim, o binarismo homem e mulher é importante para entender os desafios que a mulher encontra para afirmar sua identidade.

Construção da identidade feminina

A construção da identidade, como diz Woodward (2012, p. 9) “é tanto simbólica quanto social”. No exemplo apresentado por ela, são apontadas causas e consequências de um conflito de guerra, mas, ao trazer para o binarismo homem/mulher, constata-se que, simbolicamente, a mulher é visualizada como inferior ao homem, e essas diferenças estão impregnadas nas relações sociais que a situam no cenário

nacional. Conforme a autora (2012, p. 09) “a identidade nacional é marcada pelo gênero”. Além disso, ela salienta que as posições conferidas às mulheres provêm dos traços identitários que os homens atribuem a si mesmos, os quais, por sua vez, remetem à sua lacuna, à sua falta no sujeito do gênero feminino

No nosso exemplo, as identidades nacionais produzidas são masculinas e estão ligadas a concepções militaristas de masculinidade. As mulheres não fazem parte desse cenário, embora existam, obviamente, outras posições nacionais e étnicas que acomodam as mulheres. Os homens tendem a construir posições-de-sujeito para as mulheres tomando a si próprios como ponto de referência (WOODWARD, 2012, p. 10).

De alguma maneira, como postula Woodward, (2012, p. 10) “as mulheres são os significantes de uma identidade masculina partilhada”. Como as identidades e os padrões culturais não são fixos, as concepções atuais de feminilidade e de masculinidade também estão atreladas à fluidez da contemporaneidade. Em tempos passados, as regras normatizadas aprisionavam os sujeitos que as seguiam como verdades únicas, e as mulheres eram submissas ao homem, começando pela obediência e subserviência à figura paterna o que, posteriormente, se estendia na relação delas com seu cônjuge.

A Bíblia Sagrada, cuja influência se fez presente em todo Ocidente e em parte da Ásia, a partir da difusão do Cristianismo, manifesta, por meio da carta de São Paulo aos Efésios, cristãos residentes na cidade de Éfesos, situada hoje na Turquia, a condição de subalternidade das mulheres diante de seus maridos

Mulheres, sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor. De fato, o marido é a cabeça da esposa, assim como Cristo, salvador do corpo, é a cabeça da Igreja. E assim como a Igreja está submissa a Cristo, assim também as mulheres sejam submissas em tudo aos maridos” (Ef. 5, 22-24).

Na epístola, Paulo redige orientações sobre as condutas dos cônjuges no matrimônio cristão e complementa a admoestação às mulheres com a recomendação, nos versículos subsequentes, aos homens para que amem suas mulheres, concluindo que quem ama não submete. Embora a carta de São Paulo tenha sido escrita há mais de dois mil anos, muitos cristãos ainda acreditam que as mulheres devem servir a seus maridos, ainda que a cultura contemporânea preconize a igualdade dos gêneros nas relações conjugais.

Todavia, as premissas relacionadas ao binarismo homem/mulher e ao papel secundário dessas não são exclusivas das religiões cristãs, pois fazem parte de preceitos do Islamismo, do Hinduísmo, do Judaísmo, ainda que o tratamento dispensado às mulheres pelos adeptos dessas religiões não seja idêntico em todos os lugares, visto que diferem em função de outros fatores culturais. Consequentemente, não se pode responsabilizar apenas as religiões pela valoração desigual dos gêneros, visto que padrões comportamentais se estabelecem nas sociedades vinculados a inúmeros aspectos, como classes sociais, condições econômicas e sistemas políticos.

No tocante a isso, pode-se dizer que, na sociedade brasileira, por muito tempo, foram delegadas à mulher as obrigações de cuidar dos filhos, da casa e até de ser a responsável pela duração e manutenção do casamento, ou seja, responsabilidades que deveriam ser partilhadas, pertenciam estritamente a elas. Não bastasse isso, a desobediência dos filhos, as dificuldades que eles encontravam em aprender, todas as agruras relacionadas à prole eram postuladas à mulher. Dessa forma, as atribuições de homens e mulheres eram distintas: enquanto ao homem competia, pelo esforço de seu trabalho, o sustento e a dignidade da instituição familiar, à mulher reservavam-se as obrigações domésticas e a manutenção da harmonia do lar. Ou seja, a distinção dos gêneros definia o espaço que competia a cada um: para o homem, o espaço público; para a mulher, o privado. Segundo Juliana Caixeta,

A separação dos espaços de atuação entre público e privado trouxe consequências que são experienciadas até os dias de hoje. Aos homens cabe o espaço público, com seus desafios, poderes e produção e, do outro lado, encontra-se o espaço privado, próprio das mulheres. A elas, cabe a reprodução, o cuidado com a casa, filhos (as) e esposo. Como o papel de dona-de-casa não é compreendido como um trabalho, mas sim como uma obrigação feminina, advinda da sua natureza de mulher, não goza dos direitos civis que a sociedade capitalista, em crescimento, passa a elaborar para seus trabalhadores (CAIXETA, 2004, p. 215).

A citação de Caixeta refere-se à classe média ou alta, mas a representação da supremacia masculina não é uma questão cultural que se distinga entre classes, etnias e condições econômicas. Todo agrupamento humano tem características e valores partilhados por meio de discursos que, produzidos pelos sujeitos, vão articulando mudanças e transformações com a passagem do tempo. Esses discursos ditam verdades, normatizam vivências, interferindo na constituição das subjetividades e, em relação à condição da mulher na sociedade, eles pouco diferem entre si, pois provém, majoritariamente, de ângulos axiológicos masculinos.

Outro fator importante para a distinção entre homens e mulheres diz respeito à educação. A história da sociedade brasileira comprova que o direito à educação formal também não fazia parte do universo feminino. Sem ter direito à educação nas instituições de ensino, as filhas da alta burguesia brasileira, até meados do século XIX, eram educadas em casa, e o acesso à leitura era compartilhado com a aprendizagem de “prendas domésticas” que incluíam bordar, cerzir, zelar pelas crianças, comandar a organização da casa. Além disso, as famílias mais abastadas incluíam lições de piano, de francês e de danças de salão, limitando a circulação das jovens em espaços públicos de formação.

Em seu artigo “(Des)Igualdade da mulher: da educação para o lar à conquista por espaço profissional”, Rafaela Mello da Silva esclarece essa circunstância

As desigualdades entre os gêneros têm raízes extensas, e foram firmadas e reafirmadas pelo modo de educação. Desde o Brasil colônia que o país desprezou a inserção das mulheres no sistema educacional, uma vez que não era dado às mulheres o direito de frequentarem a educação formal, restando apenas para algumas, a opção de aprender a ler, se assim se sujeitasse a entrar para os conventos para ter acesso à leitura. Pois, o ensino só seria disponibilizado às mulheres tempos mais tarde, já no período do Império Brasileiro. As meninas eram educadas em casa, em que o ensino era voltado para a aprendizagem das tarefas domésticas. Em 1758 começou a haver uma inclusão das mulheres nas escolas, ainda assim, de forma restrita, pois meninas e meninos jamais poderiam compor a mesma sala de aula. (SILVA, 2018).

Entre tantos direitos que eram negados às mulheres, cita-se o acesso à participação em decisões de caráter político e social. Para opor-se a essa realidade, foi criado o movimento feminino em busca de reconhecimento da igualdade política. De acordo com a historiadora Karawejczyk

O movimento sufragista surgiu como uma resposta direta à exclusão das mulheres da política, arena na qual as leis são feitas. Algumas mulheres passaram a acreditar que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacionais – contra as quais se confrontavam – jamais seriam corrigidas enquanto os homens não tivessem que prestar contas a um eleitorado feminino. Assim, resolveram se unir para, juntas, lutarem por seus direitos. O que distinguiu o movimento, em todas as partes em que ocorreu, era que mulheres, de diferentes classes, raças, de graus de instrução e riqueza das mais diversas, se uniram em torno do mesmo objetivo, pois apesar das diferenças todas eram iguais na exclusão do mundo político. (KARAWEJCZYK, 2019).

No entanto, foi somente com as grandes transformações no cenário universal e brasileiro do século XX que a mulher começou a ter direito à participação política. No Brasil, após a revolução de 1930, o

governo provisório de Getúlio Vargas propôs reforma na lei e no processo eleitoral, possibilitando a conquista feminina do direito à participação política através do voto, conforme Karawejczik (2019) “quando da publicação do Código eleitoral em 24 de fevereiro de 1932, com a publicação do Decreto nº 21.076”.

O direito ao voto no processo eleitoral conduziu, posteriormente, à possibilidade de as mulheres se candidatarem a cargos eletivos. Embora não haja restrições nesse sentido, a candidatura de mulheres atende, frequentemente, às necessidades dos partidos que precisam comprovar a participação feminina em seus colegiados, fato de que decorre uma participação restrita das mulheres no âmbito do poder partidário. Entretanto, negar a atuação das mulheres na política brasileira atual é fechar os olhos à realidade, ainda que a participação delas deva ser ampliada para corresponder à proporção quantitativa de membros do sexo feminino na população do país.

Todavia, em virtude da propagação e da assimilação de conceitos ou de preconceitos, ainda há, na atualidade, mulheres que não percebem a importância de sua qualificação profissional, da liderança que podem assumir em suas comunidades, da necessidade de manifestarem seus posicionamentos políticos e da urgência de protagonizem suas próprias histórias. O preconceito, ainda presente na sociedade no que concerne à posição ideológica e social da mulher, afeta essas mulheres e deve-se à relação de inferioridade que historicamente foi associada à identidade feminina.

Os discursos sempre foram binários, e as significações em relação a um gênero e a outro, distintos: o que para eles era ou é direito, para elas é ou era vergonha ou luta. O homem não precisa reivindicar seu espaço e, como pai, precisa garantir a subsistência a sua progênie; a mulher precisa ser inteiramente mãe, não lhe cabe apenas a subsistência dos filhos, mas ela também lhes deve o envolvimento amoroso, o afeto, o carinho, o colo, o socorro, a proteção. O rompimento na relação matrimonial conota o fracasso da mulher que não soube manter o relacionamento e a instituição familiar. Um homem separado ou divorciado não sofre o repúdio impiedoso que muitas mulheres ainda recebem nos dias atuais.

Identidade como processo relacional

Frente a essas colocações, é possível perceber que os desafios ao gênero feminino não cessam, mas que muitos já foram vencidos e muitos objetivos alcançados. A sociedade contemporânea tem incontestáveis exemplos de mulheres que constituíram sua identidade rompendo com a imposição de valores e costumes provenientes do universo masculino.

Até a era moderna, esses valores eram resistentes e solidificados; nos tempos modernos, conforme a metáfora de Bauman relativa à fluidez da modernidade, “os primeiros sólidos a derreter e os primeiros sagrados a profanar eram as lealdades tradicionais, os direitos costumeiros e as obrigações que atavam pés e mãos, impediam os movimentos e restringiam as iniciativas” (BAUMAN, 2001, p. 10). O sociólogo evidencia características da modernidade líquida e lamenta as transformações da sociedade, em razão das quais decorreu a perda de valores éticos e afirmação do individualismo. Todavia, alguns posicionamentos precisavam ser erradicados, principalmente aqueles que restringiam a vida social e política da mulher, limitando-a a afazeres domésticos, sem priorizar sua integração no sistema educacional, no mercado de trabalho e sem reconhecer seu direito à participação política e social.

Entretanto, apesar da fluidez da modernidade, ainda há mulheres que continuam a acreditar que os cargos superiores devem ser exercidos por homens, que as mulheres não deveriam se candidatar a postos eletivos. Há também o preconceito em relação ao fato de uma mulher se habilitar a dirigir veículos de carga, de passageiro ou atrelados a outra atividade remunerada. Igualmente manifestam estranhamento, quando não julgamentos pejorativos, diante da opção de mulheres por permanecerem solteiras ou de conduzirem negócios, isto é, de assumirem posições de independência em face do universo masculino.

Como entender esses posicionamentos em um tempo de fluidez como o referido por Bauman? O sociólogo declara que os valores se liquefizeram e anularam costumes que marcaram séculos da existência humana. Todavia, algumas pessoas não permitem que respingos dos fluídos as afetem. Isso não é de todo mal, pois há valores que não devem ser destruídos, no entanto é preciso transformar alguns costumes.

A modernidade líquida é marcada pela efemeridade, porém esse processo de reconstrução cultural foi se moldando na sociedade a partir de novas circunstâncias que teceram a possibilidade de diferentes discursos político-sociais. As grandes descobertas, os inovadores empreendimentos, abriram caminho para a modernidade e, de acordo com o sociólogo, “nenhum molde foi quebrado sem que fosse substituído por outro” (BAUMAN, 2001, p. 13), ou seja, os valores e costumes foram sendo reinventados, o que só é possível a partir do processo de representação.

Segundo a concepção de Hall (2008, p. 4), “A representação é parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura”. É pela linguagem, pelos espaços da enunciação que identidades e culturas se consolidam, que “a gama contraditória e conflitante de elementos linguísticos e culturais interagem e constituem o hibridismo” (SOUZA, 2004, p. 08).

O hibridismo, a fenda constituída pela pluralidade da linguagem e das vivências entre os sujeitos, reflete-se na constituição das identidades e da cultura. Os sujeitos em um mesmo contexto, compartilham conceitos, valores, posições e crenças manifestando suas ideologias. Assim, tudo passa pela interação social, pelo processo de comunicação; é pela presença e interligação com o outro, pelos interstícios da linguagem que as identidades e culturas se vão modelando e transformando os ambientes sociais, fazendo suturas, oportunizando novas práxis na sociedade. Desse modo, as identidades não são estáticas, permanentemente se transmutam devido à pluralidade de sujeitos e discursos, à transitoriedade do tempo e à diversidade dos espaços.

Woodward mostra que a fluidez é uma característica também considerada por Stuart Hall

A posição de Hall enfatiza a fluidez da identidade. Ao ver a identidade como uma questão de “tornar-se”, aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum (WOODWARD, 2012, p. 19).

Diante da dinamicidade da construção da identidade, é primordial lembrar que nenhuma se constitui no plano individual, que todas se consolidam no coletivo, na alteridade, na combinação de um Eu com um Outro, na sutura do encontro e com as costuras realizadas pela linguagem. Assim, Hall afirma o seguinte:

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar” (HALL, 2000, p. 111 e 112).

Assumindo o lugar de sujeitos, independentemente dos binarismos ainda presentes na sociedade, homens e mulheres se constituem individual e coletivamente, revendo suas práticas político-sociais e buscando o respeito por suas particularidades. Com esse posicionamento, abrem as portas que mantinham os indivíduos presos em conceitos e pré-conceitos que reforçam os processos de exclusão.

Protagonismo da mulher na ficção e na sociedade

Durante muito tempo, a mulher, de um modo geral, foi subjugada, aprisionada aos ambientes domésticos e sua feminilidade concebida como sendo própria de um ser inferior. Todavia, isso não condiz com a natureza forte que lhe é própria: ela carrega nos braços e na alma a grandeza da maternidade e todas as dificuldades e dores da condição de ser mãe e muitas vezes o peso de não o ser, paralelamente se constitui por múltiplas facetas e à custa de desafios vai compondo sua identidade singular.

Mulheres representadas na ficção não são diferentes, pois elas remetem àquilo que são na sociedade. Trata-se da mimese, definida na *Poética* como a capacidade de imitar, que “é natural nos homens desde a infância e nisto diferem dos outros animais, pois o homem é o que tem mais capacidade de imitar e é pela imitação que adquire seus conhecimentos” (ARISTÓTELES, 1966, p. 42). Assim, quando Érico Veríssimo brinda a literatura com *Ana Terra*, seus leitores têm diante de si o retrato subjetivo da mulher, uma representação da coletividade de que o universo de escritor faz parte.

O protagonismo de Ana revela o cotidiano de mulheres simples, recria acontecimentos de caráter verossímil, que fundem história e ficção no espaço diegético. Como aponta Ricoeur (1997, p. 329), “os acontecimentos contados numa narrativa de ficção são fatos passados para a voz narrativa, que podemos considerar aqui como idêntica ao autor implicado, ou seja, a um disfarce fictício do autor real”, e isso está ligado à armação da intriga, que, como afirma Aristóteles (1996), deve ser sustentada por relações prováveis e necessárias.

Na obra de Veríssimo, especificamente o capítulo “Ana Terra”, do primeiro livro da trilogia “O tempo e o vento”, os acontecimentos apresentam a vida de Ana e também de sua mãe, D. Henriqueta, a qual se limita ao silêncio ou a apaziguar o coração da filha diante do machismo patriarcal que as condiciona. Por isso, quando da morte de sua mãe, Ana sente um certo alívio por crer que sua genitora, enfim descansa

Ana não chorou. Seus olhos ficaram secos e ela estava até alegre, porque sabia que a mãe finalmente tinha deixado de ser escrava. Podia haver outra vida depois da morte, mas também podia não haver. Se houvesse, estava certa de que d. Henriqueta iria para o céu; se não houvesse, tudo ainda estava bem, porque sua mãe ia descansar para sempre. Não teria mais que cozinhar, ficar horas e horas pedalando na roca, em cima do estrado, fiando, suspirando e cantando as cantigas tristes de sua mocidade. Pensando nessas coisas, Ana olhava para o pai, que se achava ao seu lado, de cabeça baixa, ombros encurvados, tossindo muito, os olhos riscados de sangue. Não sentia pena dele. Por que havia de ser fingida? Não sentia. Agora ele ia ver o quanto valia a mulher que Deus lhe dera. Agora teria de se apoiar na nora ou nela, Ana, pois precisava de quem lhe fizesse a comida, lavasse a roupa, cuidasse da casa. Precisava, enfim, de alguém a quem pudesse dar ordens, como a uma criada. Henriqueta Terra jazia imóvel sobre a mesa e seu rosto estava tranquilo (VERÍSSIMO, 2004, p. 148-149).

Conforme se constata no trecho da narrativa, a mimese é a representação de ações humanas, porque ela recria algo já existente, evidenciando elementos não perceptíveis da realidade, daí a beleza da arte. Iser (2002) também assinala que a mimese não se restringe à imitação, mas acrescenta a importância

da atividade intencional do autor e da performativa do leitor, exigida pelos processos de elucidação e de complementação, a partir dos quais algo novo é modelado. Assim os componentes do jogo do texto transgridem a representação, já que autor e leitor, por suas interferências, albergam novos significados ao mundo textual. Portanto, o processo de produção e de recepção da obra de arte invoca a coparticipação do autor e do leitor, pois a mimese é um processo de criação em que ambos os operadores atuam.

A passagem em que o narrador expõe a reação de Ana diante da morte de sua mãe evidencia as agruras porque as personagens passam e também as divergências evidentes de geração para geração. Seu protagonismo, porém, vai além desse episódio: com bravura, coragem e determinação, ele exerce sua liderança na família. No entanto, não deixa de seguir os passos da mãe, que de tudo abdicou pelo bem e harmonia da família. No episódio em que a fazenda é invadida pelos castelhanos, mesmo sabendo das consequências, Ana se sujeita a todas atrocidades dos algozes para defender seu filho e sua família, “– Se eu me escondo eles nos procuram no mato, porque logo vão ver pelas roupas do baú que tem mulher em casa. Se eu fico, eles pensam que sou a única e assim a Eulália e as crianças se salvam”. (VERISSIMO, 2004, p. 155).

Na narrativa, o autor convoca o receptor de sua mensagem a fazer parte da diegese; há, portanto, um jogo estabelecido entre o autor, o texto e o leitor. Ao entrar no universo diegético, o leitor se transporta a um novo lugar e a partir do contato com o ficcional, ele se mobiliza diante de seu espaço factual, como agente ativo de sua transformação. Sendo assim, o mundo transmitido pelo autor passa a sofrer interferências quando o receptor o identifica e acrescenta a ele sua própria visão de mundo, mesmo que ela seja concebida *como se fosse* realidade.

Quantas histórias de mulheres que têm suas vidas violadas, violentadas e ceifadas por silenciarem suas vozes. Na maioria das vezes, isso ocorre porque sabem que está em jogo o bem-estar físico e emocional daqueles que lhes são caros. Entretanto, há também mulheres que vão conquistando os espaços da rua e posições na sociedade; como sujeitos, imbuídos de ações sociais e políticas protagonizam transformações na sociedade por sua competência, determinação, tenacidade, comprometimento por aquilo que assumem. Contudo, apesar de terem entrado no mercado de trabalho, assumindo responsabilidades múltiplas, ainda são as mulheres – com algumas exceções – que marcam presença nas reuniões escolares, que ficam nas filas de matrículas, que pedem dispensa no trabalho para atender às necessidades dos filhos e da família.

Apesar de tantas heroínas como Ana Terra, há mulheres que continuam aprisionadas a valores machistas, não dão crédito às conquistas femininas e criticam o comportamento daquelas que reivindicam direitos ou assumem papéis que eram considerados masculinos, como postos políticos, cargos de liderança, ofícios braçais. Dificilmente votam em mulheres, por entenderem que elas não têm competência para se ocupar das responsabilidades dos cargos públicos, dando continuidade ao pensamento machista. Assim, além de não defender o protagonismo feminino, também não o estimulam. Esse comportamento retrógrado prova que a construção da identidade ocorre por meio de práticas discursivas e que o espaço social ainda está impregnado de concepções machistas, porque o processo de participação política no país é recente e sempre esteve vinculado ao universo masculino.

Quando se mobilizam para garantir seu lugar no processo eleitoral como candidatas, as mulheres requerem o mesmo espaço e o mesmo investimento em sua candidatura que é dado aos homens e que, entretanto, não lhes é assegurado. Portanto, não basta uma lei para amparar a igualdade de direitos e, por essa razão, as mulheres precisam romper com o pensamento tradicional e alcançar maiores espaços no universo da política partidária.

Considerações finais

Nesta breve revisão de alguns teóricos que examinam o conceito de identidade, sublinha-se que nenhuma identidade se constitui sem a presença e alteridade do outro. Além disso, perceber as rasuras que operam esses sistemas é fundamental, uma vez que são os espaços da linguagem que possibilitam diferentes leituras dos significados e ressignificam as práticas discursivas.

Por sua vez, a literatura tem papel fundamental na humanização e nas transformações sociais, pois, pelo encontro entre o real e o ficcional, abrem-se portas para a reflexão sobre a complexidade da vida e para o direcionamento do olhar ao entendimento mútuo e ao respeito pelas diferenças. É pelo entrelaçar dessas duas esferas que o indivíduo reaprende e reinventa comportamentos, compartilha vivências e valores e tem condições de reescrever as páginas que compõem sua identidade. Conforme Saraiva,

A obra de arte, em especial a literatura podem assumir a função de gerar, criticar e renovar padrões sociais de comportamento, tendo em vista que, pela identificação, provocam a adesão afetiva do leitor, traduzindo, igualmente, o apelo à transformação da própria realidade social (SARAIVA, MÜGGE, 2006, p. 40).

Diante disso, percebe-se que o convite às transformações sociais está constantemente inserido nas artes e primordialmente na literatura. Nesta breve reflexão, foi em Ana Terra que se buscou essa evidência. Além disso, refletir sobre os desafios da afirmação da identidade da mulher contribuiu para compreender que as marcas do preconceito se devem a valores e costumes que naturalizaram sua inferioridade em relação ao homem. Infelizmente, de alguma forma, eles continuam presentes na sociedade, porque, por muito tempo, permaneceram inabaláveis, sendo ditados como verdades absolutas.

Entretanto é também verdadeiro que, embora o binarismo ainda ocupe espaço nas relações interpessoais, a mulher soube consolidar sua independência. Muitas romperam os casulos e lançaram voos coloridos e luminosos, na intenção de fazer com que outras lagartas também se libertem. Como diz João Cabral de Melo Neto, “Um galo sozinho não tece uma manhã” (2009), por isso é preciso que o potencial feminino se manifeste para que mais voos conjuntos sejam possíveis.

Referências

- ARISTÓTELES. **Poética**. (Capítulos de número 1 a 19). Porto Alegre, RS: Globo, 1966.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.
- CAIXETA, J. E.; BARBATO, S. **Identidade Feminina - um conceito complexo**. Universidade de Brasília. 2004, v. 14, n. 28, p. 211-220. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/10.pdf>>. Acesso em: 25 de jan. de 2021.
- DONNE, Jhn. **Nenhum homem é uma ilha**, 2 mai. 2014. Disponível em: <<https://poesiaspreferidas.wordpress.com/2014/05/02/nenhum-homem-e-uma-ilha-john-donne/>>. Acesso em: 25 de jan. de 2021.
- HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (Org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ISER, W. O jogo do texto. In: LIMA, L. C. **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- KARAWJCZYK, M. **A FBPF e a luta pelo voto feminino no Brasil - anos decisivos**, 18 mar. 2019. Disponível em: <<http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/147-o-voto-feminino-no-brasil.html>>. Última atualização em Segunda, 18 jan. 2021. Acesso em: 25 de jan. de 2021.

MELO NETO, J. C. de. **Poemas para ler na escola** / João Cabral de Melo Neto; seleção e apresentação Regina Zilberman. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

RICOEUR, P. O entrecruzamento da história e da ficção. In: RICOEUR, P. **Tempo e narrativa. Tomo III**. Campinas: Papirus, 1997.

SANTI, H. C.; SANTI, V. J. C. Stuart Hall e o trabalho das representações. **Revista Anagrama – Revista Interdisciplinar da Graduação**. Ano 2 - Edição 1 – Setembro/Novembro de 2008.

SÃO PAULO. Carta aos Efésios: Vida Plena em Cristo. BÍBLIA SAGRADA: Edição Pastoral. 56a impressão. São Paulo: Paulus, cap. 5, vv. 22-24, 2005.

SARAIVA, J. I. A.; MÜGGE, E. **Literatura na escola**: propostas para o ensino fundamental. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 27-43.

SILVA, R. M. da. **(Des)Igualdade da Mulher: da educação para o lar à conquista por espaço profissional**, 26 ago. 2018. Disponível em: <<https://brasiljuridico.com.br/artigos/desigualdade-da-mulher-da-educao-para-o-lar-conquista-por-espao-profissional>>. Acesso em: 25 de jan. de 2021.

SOUZA, L. M. T. M. de. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA JR., B. (Org.). **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas**. São Paulo: Boitempo, 2004.

VERISSIMO, E. 1905-1975. **O tempo e o vento, parte 1**: O Continente I. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Submetido em: 11.02.2021

Aceito em: 30.08.2021